

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ALUNO SURDO NA BUSCA DA FLUÊNCIA EM LIBRAS E DOMÍNIO DO PORTUGUÊS ESCRITO

Zayne Nunes da Silva Lima de Almeida ¹
Sileide Mendes da Silva ²

RESUMO

Esta pesquisa teve como intuito analisar e compreender as concepções sobre a educação dos surdos, seus desafios e possibilidades para o desenvolvimento da fluência da Libras e domínio do português escrito no ambiente escolar, assim como analisar qual modelo de educacional melhor atende as necessidades e especificidade do aluno com surdez compreendendo como se dá a educação inclusiva e a educação bilíngue, as problemáticas envolvidas nesses modelos educacionais, e as contribuições na aquisição da língua de sinais e do português escrito, assim como analisar a postura do intérprete educacional e sua atuação no ambiente escolar. Fundamentado na pesquisa bibliográfica dos autores da área de inclusão e educação de surdos Almeida (1996), Alves (2012), Aranha (2004), Beyer (2006), Capovilla (2001), Gil (2002), Goldfeld (2002), Lacerda (2011), Santos (2003), Stainback (1999), assim como no estudo de Pinto (2010), “O Sign Writing como um sistema de escrita apropriado às línguas gestuais. Um contributo para o desenvolvimento de competências de escrita do aluno Surdo?” e também na pesquisa denominada “Ideias para ensinar Português para alunos surdos”, de Quadros e Schmiedt (2006). O estudo permitiu a compreensão de que não existe receita pronta, fórmula mágica para a educação dos surdos, os surdos são singulares em suas especificidades, não entanto todos têm algo em comum, a necessidade da fluência na sua língua materna e na sua L2, assim compreendendo esse ponto em comum, conseguimos analisar o modelo educacional que mais se aproxima das necessidades educacionais dos surdos.

Palavras-chave: Libras, Intérprete de Libras, Escolas Inclusivas, Bilinguismo, Aquisição da escrita.

INTRODUÇÃO

Libras é a língua oficial da comunidade surda brasileira, regulamentada pela lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, lei aprovada após anos de luta e sofrimento da comunidade surda que durante muito tempo foram excluídos, segregados e estigmatizados, sem os direitos fundamentais para sobrevivência em sociedade.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN (REMANSO-BA), zaynenunes2016@gmail.com.

² Professora orientadora, mestre em Ciências da Educação. Professora da Faculdade Alfredo Nasser (UNIFAN) Remanso Bahia, e-mail: sileidemendes.uneb@email.com.

A partir dessa lei que a comunidade surda pode cobrar por melhorias na acessibilidade e por seus direitos, assim outras leis foram sendo aprovadas ao longo dos anos, garantindo ao surdo mais qualidade de vida, porém as barreiras na comunicação ainda são inúmeras, desde que o surdo vive em uma sociedade com o ouvintismo e o audismo principalmente na escola.

Na educação inclusiva, a língua oral prevalece em todo ambiente escolar, e é utilizada pelos profissionais e alunos ouvintes, colocando o surdo em desvantagem nesses ambientes, se comunicando através do intérprete, tendo mais contato com Libras na sala de AEE.

Observa-se inúmeras barreiras atitudinais por parte das escolas de não adaptar o ambiente escolar, e não preparar sua equipe docente, para diminuição das falhas na comunicação com o aluno surdo. Algumas escolas não proporcionam um ambiente favorecedor para a aprendizagem do educando com surdez, principalmente em cidades do interior do estado que possui menos acesso a determinadas informações, e menos contato com comunidades surda.

A maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes e demoram bastante tempo desde o fechamento do diagnóstico, até aprendizagem das línguas de sinais, onde normalmente o primeiro contato com a língua é na escola. Com isso o surdo detém maior dificuldade de se alfabetizar pois não possui o input da memória auditiva que auxilia na aprendizagem das palavras, como as crianças ouvintes.

Alunos que não conseguem se tornar fluentes em sua L1, tem mais facilidade de se torna copista, com promoção de series sem domínio da alfabetização, não adquirindo domínio do português escrito, com grandes prejuízos pedagógicos. As metodologias inadequadas condenam a vida pessoal e profissional do surdo, pois as chances de os mesmos conseguirem ingressar e permanecer na faculdade e empregos diminuem.

A escrita de sinais é relativamente nova e ainda pouco difundida nos meios midiáticos e sociais, e pouco utilizada na comunidade surda, prevalecendo o uso do português como forma de registro escrito. Percebe-se também que ainda existe um grande estigma em relação a escrita de sinais, sendo a mesma considerada complexa por alguns profissionais da área de Libras, e até mesmo desconhecida por outros, que deixam de utilizá-la em diversas situações que proporcionariam ao surdo autonomia na leitura e registro de pensamentos e opiniões.

Alfabetização dos surdos tendo como ferramenta a escrita de sinais proporciona ao surdo maior contato com sua língua, melhor compreensão do registro escrito, uma leitura visomanual mais prazerosa, mais espontânea e expressiva. Com maiores possibilidades de desenvolver fluência nas línguas de sinais, na escrita de sinais e melhor compreensão do português escrito.

Assim, o trabalho teve como objetivo geral analisar a educação dos surdos, a eficácia da escrita de sinais como ferramenta auxiliar do surdo para aprendizagem do português escrito na inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino. Especificamente, discutir o ingresso do aluno surdo na escola inclusiva, seus desafios e possibilidades, analisar a contribuição do intérprete educacional no contexto escolar, salientar a importância da escola bilingue e da escrita de sinais no processo de aquisição de língua e alfabetização dos surdos e ressaltar como se dar a proposta pedagógica do Atendimento Educacional Especializado no ensino de Libras e do português modalidade escrita.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica. Utilizou-se a abordagem qualitativa, embasando-se no âmbito teórico, coletando dados e informações em livros e artigos que abordam a temática.

Segundo Almeida (1996), a pesquisa qualitativa busca compreender um determinado campo de estudo, através de coleta e análise de dados, compreendendo de forma elaborada a problemática proposta.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa é desenvolvida com base nos conhecimentos disponíveis, utilizando-se de métodos, técnicas e outros recursos científicos. Ressalta ainda que a pesquisa é elaborada processualmente por fases, que inicia na formulação do problema até a memorável apresentação dos resultados.

Para Gil (2002), a problemática pesquisada deve ser apresentada de forma clara e precisa, segundo ele algumas pesquisas expõem o tema de forma vaga, impossibilitando até mesmo de imaginar a resolução do problema.

EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

A educação de surdos ainda é alvo de muitas polemicas e discursões entre pesquisadores, profissionais, gestores, familiares e entre as comunidades surdas. São diferentes posicionamentos a respeito de qual modalidade de ensino melhor favorecer o desenvolvimento linguístico, as habilidades sociais, culturais e cognitivas da pessoa com surdez. O direito do surdo de se comunicar e receber educação em Libras, é assegurado por lei através do reconhecimento e regulamentação da lei de Libras como meio legal de comunicação da comunidade surda.

Das disposições da lei sobre a educação dos surdos está o decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o atendimento educacional especializado (AEE) para os alunos com surdez. O atendimento não é um reforço escolar, e sim um ambiente que busca contribuir com o aprendizado da língua de sinais e do português escrito, com estímulos cognitivos.

Recentemente foi aprovada a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. A aprovação dessa lei foi mais uma conquista comemorada pela comunidade surda, que a muito luta por escolas bilíngues para alunos surdos. Na escola bilíngue o ensino de Libras é a L1 e o português L2 na modalidade escrita. Assim, o ambiente bilíngue é mais favorável para a aprendizagem das crianças surdas.

Observa-se que ainda é limitado o número de escolas que optam por oferta do ensino bilíngue no ambiente escolar, sendo mais comum a educação inclusiva, com a inclusão do aluno surdo e um profissional intérprete de Libras responsável pela mediação do conhecimento. Mesmo sendo comum as escolas optarem por educação inclusiva, é necessário que a gestão escolar tenha o entendimento que o surdo tem direito a participar de todas as atividades escolares, não sendo apenas integrado à escola, com sua acessibilidade, autonomia, e conhecimento atendido.

Sobre a inclusão, Aranha (2004) afirma que:

Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive (ARANHA, 2004, p. 8).

Assim, compreendermos que tanto na proposta bilíngue, quanto na escola inclusiva deve-se um olhar diferenciado para o aluno com surdez, buscando estratégias que contribuam com o processo pedagógico desse aluno na escola, de forma que o mesmo se sinta parte da escola.

Segundo Stainback (1999, p. 26–27), “o benefício do ensino inclusivo é o valor social da igualdade, o ensinamento de que todos temos direitos iguais”. Mas tratando-se da educação de surdos, refletimos o pensamento de Santos, Boaventura de Sousa (2003) que diz “[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

Intérprete de Libras educacional

As políticas públicas de inclusão para a pessoa com deficiência têm contribuído para a inserção do surdo na sociedade em diversos ambientes, porém muitos lugares ainda não compreendeu a necessidade de oferta acessibilidade para a pessoa com surdez. O tradutor intérprete de Libras é um profissional que minimizar as barreiras na comunicação, esses profissionais atuam principalmente na escola regular.

O Intérprete de Libras é o profissional regulamentado e garantido pela lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 responsável pela mediação na comunicação entre surdos e ouvintes, o interprete educacional é uma forma de acessibilidade ao aluno surdo, porém não é o professor do surdo, nem a única ferramenta de acessibilidade, não reduzindo a responsabilidade do professor em oferta um ensino de qualidade.

Lacerda (2011) discorre a atuação do interprete Libras educacional, se o mesmo nesse contexto deve seguir rigorosamente o código de ética, sendo imparcial, sem adaptar a realidade do aluno, ou deve interpretar de forma que o aluno compreenda, mesmo que necessite de contextualização, ressaltando o fato de sua prática ao contexto escolar, ser diferente de conferencias, consultas médicas e outros ambientes que exigem do intérprete uma atuação mais pontual, rígida e imparcial.

A escola é um ambiente que apesar da rotina, diariamente surge situações novas, os conteúdos ministrados muitas vezes necessitam de adaptações e contextualização por parte do intérprete, sendo que em algumas situações o aluno surdo não adquiriu fluência nem em Libras, nem no português escrito, o que gera ainda mais dificuldade na compreensão de alguns conteúdos, necessitando na interferência do intérprete.

Não se trata de ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula, envolvendo tarefas educativas certamente o levará a práticas diferenciadas, já que o objetivo nesse espaço não é apenas o de traduzir, mas também o de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo (LACERDA, 2011, p. 33).

O intérprete não substitui o professor, mas por ser um canal de comunicação entre os surdos e os ouvintes, muitas vezes gera dúvidas quanto ao seu papel, sua atuação profissional, tanto por parte do professor quanto por parte do aluno surdo, dificultado a atuação do intérprete, pois os professores por desconhecerem a cultura e identidade surda, o código de ética se reportam ao intérprete e não ao surdo.

Aquisição de linguagem da criança surda

Quadros e Schmiedt (2006) ressaltam que geralmente as crianças surdas são filhas de pais ouvintes, sendo na escola o lugar mais propício para o primeiro contato com língua de sinais, o que torna a escola um espaço linguístico fundamental para o desenvolvimento da criança surda, pois através da língua de sinais a criança vai adquirir uma linguagem, uma leitura de mundo nova, com aprendizagem também na escrita do português, ou escrita de sinais, uma aprendizagem mais significativa.

A educação do aluno surdo sobre tudo deve ter objetivo de desenvolver sua fluência em sua língua materna, pois após a aquisição e fluência da língua de sinais, o ensino e aprendizado de outras línguas se tornam mais fácil, mas quando a escola não utiliza as metodologias adequadas para o desenvolvimento do surdo essa fluência não acontece e o surdo não se apropria dos conhecimentos de forma satisfatória.

Segundo Quadros e Schmiedt (2006), o português é a língua oficial do país e utilizada na escrita nos ambientes educacionais onde se encontra crianças surdas. A criança necessita compreender a função da escrita na comunicação com os seus pares. Afirma ainda que os surdos que desenvolvem a fluência na escrita do português, são surdos que estão em constante contato com português, em textos, produções textuais, mensagens de celular, chats, email e outros meios de comunicação por escrito.

Diariamente os surdos são expostos a diferentes gêneros textuais, em diversos formatos, por inúmeros meios, todos esses textos são disponibilizados na língua majoritária do país, seja na forma oral ou escrita, raramente encontra-se acessibilidade para a pessoa com surdez em Libras, e boa parte da acessibilidade é por legenda, onde sabe-se que nem todos os surdos leem fluentemente, tendo dificuldade em compreender informações básicas importantes para sua vida, como: Saúde, política e educação, ficando a pá desses conteúdos.

Os alunos surdos demoram desenvolver a escrita espontânea por não compreender a função da escrita. Aos poucos ele vai aprendendo que se escreve para o outro, e que essa escrita corresponde o nosso pensamento, e deve ser clara para que o outro compreenda. Após essa compreensão o aluno começa a perceber que não escreve de forma clara, ou que sua escrita está desorganizada iniciando um processo de dificuldades no ambiente escolar.

Escrita de sinais como ferramenta facilitadora na alfabetização de crianças surdas

Segundo Capovilla (2001), o processo para aquisição da leitura e escrita do ouvinte, passa por três fases: A logográfica, onde a criança vê a escrita das letras como desenhos; O alfabético, o qual a criança faz a relação letra e sons; e por fim o ortográfico, que a criança aprende a grafonêmica, focalizando na memorização das regras.

Os surdos dentre esses processos passam por pelo menos dois a logográfica e o grafonêmica, já que não dispõem do input auditivo. Diferente das crianças ouvintes que faz a relação letras e sons, ancorado na oralidade, o surdo necessita memorizar a palavra completa, em sua escrita ortográfica.

Segundo Quadros e Schmiedt (2006) o português é uma língua complexa cheia de regras gramaticais, porém, Libras também possui gramática própria, uma língua oral auditiva, enquanto a outra visual gestual, tornando-se ainda mais complexo para o surdo compreender duas estruturas totalmente diferentes, não desenvolvendo fluência na escrita, com dificuldade de interpretação e expressão.

Os surdos na aquisição do português escrito ainda são submetidos a método ouvintista, seguindo a mesma metodologia do aluno ouvinte, e os mesmos materiais didáticos, para serem alfabetizadas, utilizando os mesmos passos dos falantes. Vários métodos artificiais já foram testados na educação dos surdos ao longo do tempo, até mesmo o português sinalizado (QUADROS; SCHMIEDT, 2006).

Uma metodologia bastante utilizada no ambiente escolar de ouvintismo e audismo, é método fônico ligado ao método sintético utilizado durante muito tempo, e ainda presente em algumas escolas nas a classes inclusivas, esse método diminui as possibilidades de aprendizagem do surdo em sala de aula, pois os mesmos não possuem memorial auditiva para formar as palavras através dos sons, não sendo, portanto, um método adequado.

A educação do surdo deve ser por canais visuais, com uso de metodologias viso-manuais que favoreça o surdo, em suas possibilidades físicas e cognitivas, utilizando formas facilitadoras para entendimento da criança surda, com tudo sem descarta o lúdico, tendo como base a língua de sinais, uma das ferramentas facilitadoras para alfabetização dos surdos é a escrita de sinais.

Segundo Quadros e Schmiedt (2006), a comunidade surda tem produções literárias espontâneas, como contos, histórias e piadas, que apesar de muitas delas não terem sido grafadas, por até pouco tempo não existir uma forma de grafar os sinais, foram passando de geração em geração, em encontros de associações e demais ambientes. Enfatizam os benefícios da

aprendizagem da escrita de sinais, como ferramenta facilitadora da aprendizagem da língua portuguesa, pois os surdos já dominaram a leitura da escrita de sinais.

As autoras em sua obra “ideias para ensinar português para surdos” apontam entre as estratégias de ensino a escrita de sinais, que contribui significativamente para a autonomia linguística dos surdos, possibilitando aos mesmos produzirem obras literárias, registros entre outros gêneros em sua língua materna, não perdendo a essência da estrutura da língua, pois através dos sinais é possível perceber parâmetros importantes, além do protagonismo surdo em produções autorais.

As literaturas surdas adaptadas ou produzida em escrita de sinais, ainda é em número reduzido, sabemos que o surdo conhecer obras com protagonismo surdo é de extrema importância para formação da identidade, pois traz referência cultural, proporcionando uma leitura agradável na perspectiva surda, se essa literatura for em escrita de sinais melhor ainda, pois o surdo vai ter autonomia na leitura sem necessidade do uso do dicionário de português para tradução. Muitos surdos relatam que ler é cansativo e chatos, pois precisam constantemente pesquisar as palavras, e poucos surdos já leram algum livro até o final de forma satisfatória.

A realidade em nosso país não é essa, ainda a criança surda brasileira deve “pular” o rio de um lado para o outro sem ter uma ponte. Assim, a criança vai ser alfabetizada na língua portuguesa sem ter sido “alfabetizada” na língua de sinais. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006).

O aluno através da escrita vai organizar seu pensamento de forma visual, sem necessidade de prender-se as regras gramaticais do português, após seu pensamento organizado e registrado em papel, o aluno poderá traduzir para o português, sem perda de conteúdo.

Quadros e Schmiedt (2006) afirmam que Libras é a língua materna do surdo e merece seu reconhecimento, a recuperação de literaturas surda, e registro em escrita de sinais de tais obras, é de grande relevância para comunidade surda, que os surdos do futuro terão a oportunidade de conhecer mais obras de autorias surdas. Cabe a escola estimular essas produções e montar bancos de dados para registrar tais produções.

As literaturas surdas e literaturas em escrita de sinais são limitadas, observa-se que apesar das literaturas serem poucas, muitos surdos possuem histórias riquíssimas, e são bons com piadas de temática surda, daí a reflexão do porquê tais manifestações culturais não são publicadas se esse déficit acontece pela dificuldade de registro entre línguas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Para Beyer (2011), o desafio está na construção e na prática de um ambiente escolar pedagógico que atenda a todos os alunos, e principalmente os alunos com situações pessoais atípicas, que requeiram uma atenção pedagógica especial, com atividades que respeitem suas diferenças, sem preconceito. Sobre a construção desse ambiente pedagógico inclusivo.

Aranha (2004, p. 8), discorreu a necessidade da participação consciente dos responsáveis pelo fazer pedagógico, todos os envolvidos no ambiente escolar, familiar e a comunidade. Nos achados dos autores acima citados percebeu-se a complexidade na construção da escola inclusiva, assim como a abrangência da necessidade de mobilização para que a mesma funcione de forma eficiente e de qualidade.

Goldfeld (2002, p. 38), ao estudar a história da educação de surdos aponta que a língua oral, muito presente nas escolas inclusivas, não atende as especificidades do aluno surdo, e que ao ponto da história que a língua de sinais começou a ser utilizada e difundida, os surdos se desenvolveram mais intelectual e profissionalmente. Nessa perspectiva refletimos a presença de escolas bilíngues e métodos bilíngues,

Fernandes (2003, p. 55), descreve o bilinguismo como domínio de duas línguas, e que a efetividade e fluência das línguas precisa da presença seus usuários, no caso da educação dos surdos, a presença de referência surda, da comunidade surda. Percebe-se que a educação bilíngue é a ideal para educação dos surdos, pela presença de profissionais surdos nesses espaços, algo não visualizado na escola inclusiva.

Conclui-se que escolas bilíngues as crianças surdas têm mais chance de se desenvolver, pois como afirma Alves (2012, p. 56) muitos surdos concluí o ensino médio, ingressão nos cursos superiores, mas não conseguem concluir, por encontrar dificuldades principalmente em relação a linguagem, pois muitos tiveram o processo pedagógico escolar falho.

Segundo Quadros e Schmiadt (2006), a escrita de sinais funciona como uma porta de aberta processual na alfabetização dos alunos surdos, pois o sistema de escrita possui composições importantes para estruturação do pensamento e produção textual. Para que eles alcancem o domínio de leitura do português, primeiro precisam da fluência na língua de sinais escrita.

Pinto (2012) salienta o SignWriting (Escrita de sinais) como a modalidade de escrita adequada para os surdos, por ser de natureza visual, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e linguístico do aluno surdo, auxiliando também na aquisição do português na modalidade

escrita. Ambos autores concordam com a importância da escrita de sinais no processo pedagógico do aluno surdo, como ferramenta facilitadora da aprendizagem escrita do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente educação inclusiva ainda é o modelo educacional mais utilizado nas escolas Brasileiras para a educação de surdos, esse fato dar-se pela quantidade de alunos nos municípios, as estruturas governamentais e organizacionais das escolas, que são na maioria ouvintes, sendo os surdos em menor número e representatividade política, com alunos surdos de idades e series variadas.

A lei que garante a educação bilingue para surdos ainda é muito nova sendo aprovada no vigente ano de 2021 ainda prematura para apresentação de resultados no presente artigo. No entanto nos estudos realizados percebemos a discrepância entre a educação inclusiva e a educação bilingue, quanto a proposta pedagógica, a organização profissional e o contato do surdo com a sua L1, tanto na sinalização quanto no formato escrito.

Porém, observa-se que necessita de uma abordagem mais significativa da escrita de sinais, com materiais didáticos e recurso pedagógicos que auxiliem o aluno surdo na apropriação da escrita de sinais, tanto na sala de AEE quanto no ambiente escolar, com placas na escrita de sinais e profissionais que busque a autonomia do surdo.

A escrita de sinais diminuiria os índices de alunos surdos copistas com dificuldade em expressar-se de forma escrita, assim como uma menor dependência do intérprete para registros escritos desenvolvendo fluência na língua de sinais e domínio do português escrito.

O contato direto com a literatura surda no formato escrito permite que o surdo vivencie uma leitura em sua língua materna, sendo mais prazerosa, para o surdo. Assim como literatura surda que permite que o surdo se sinta representado na estória, se identificando com os personagens.

Com base nas pesquisas, conclui-se que o modelo educacional que mais favorece a fluência da língua de sinais e a aquisição do português escrito para alunos surdos, além do domínio da escrita de sinais para desenvolvimento da autonomia expressiva em sua L1, é o modelo bilingue, pois quanto maior contato com a língua, mais possibilidades de desenvolver a fluência linguística.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. P. **Tipos de Pesquisa:** como elaborar monografia. 4. Ed. Ver. atual. Belém: Cejup, 1996. Cap. 4, p. 101-110.

ALVES, Francislene Cerqueira. **Memória social de professores surdos universitários.** 2012. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sul da Bahia, Vitória da Conquista, 2012.

ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva: A escola.** Secretaria de Educação Especial, Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BEYER, H. O. **Da Integração Escolar à Educação Inclusiva:** implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). **Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas.** Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 73 – 81.

CAPOVILLA, Fernando C; CAPOVILLA, Alessandra G.S. Compreendendo o processamento do código alfabético: Como entender os erros de leitura e escrita das crianças surdas. In: **Dicionário enciclopédia ilustrado trilingue da Línguas de Sinais brasileira.** V II de M/Z CAPOVILLA, Fernando César et al. 3ªed. São Paulo: Imprensa Oficial de Estado, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Mediação, Porto Alegre, 2011.

PINTO, J. M. F. **O SignWriting como um sistema de escrita apropriado às línguas gestuais. Um contributo para o desenvolvimento de competências de escrita do aluno Surdo?** Teste de doutoramento. Universidade do Porto. Portugal. 2010.

QUADROS, Ronice Muller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar Português para alunos surdos.** Brasília, DF: MEC: Seesp, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). “Poderá o direito ser emancipatório?” **Revista Crítica de Ciências Sociais.** 62, 3-76.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: Um Guia para Educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

